



Aprovação do Supersimples com inclusão da advocacia foi destaque

Em votação concluída na terça-feira (3/6), a Câmara dos Deputados alterou o regime de tributação das micro e pequenas empresas e ampliou o acesso do setor de serviços ao Simples Nacional. O projeto segue agora para o Senado e, se aprovado, permitirá que advogados que recebem até R\$ 180 mil por ano passem a recolher impostos de 4,5% e não mais 17%. Segundo o presidente da OAB do Brasil, isso estimulará a carreira. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Trabalho escravo

Promulgada em clima de festa, a Emenda Constitucional 81, que determina a expropriação de propriedades que usem trabalho escravo, ainda tem efetividade legal duvidosa. A aplicação da norma depende de uma regulamentação que defina expressamente o que é trabalho escravo — discussão em andamento há cerca de 20 anos no Congresso. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Validade das decisões

O Supremo Tribunal Federal vai avaliar se decisões já transitadas em julgado podem ser derrubadas caso o Plenário conclua, posteriormente, pela constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma determinada lei. Os ministros reconheceram repercussão geral do Recurso Extraordinário 730.462, envolvendo honorários advocatícios em demandas sobre o FGTS. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAIS

Entrevista de domingo

O procurador-geral do estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos, reconhece que a briga em torno da mudança na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral paulista está longe do fim. Apesar da oposição da associações de classe, Ramos avalia que alterações são necessárias, pois a legislação atual é mais antiga que a Constituição Federal de 1988. O chefe da PGE também diz esperar que, com o ministro Ricardo Lewandowski assumindo a presidência do STF, a guerra fiscal volte a ter atenção na Suprema Corte. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Coluna da semana

Na coluna Direito Comparado, o professor Otavio Luiz Rodrigues Junior faz a distinção entre três direitos que são muita vezes tratados como sinônimos: de ser deixado em paz (*right to be alone*); de ser esquecido (*right to be forgotten*); e de apagar dados pessoais (*right to erasure*). Ele aponta alguns conflitos que podem ocorrer ao se privilegiar liberdades comunicativas em detrimento de direitos fundamentais. *Clique [aqui](#) para ler a coluna.*



Artigo da semana

Em artigo publicado no dia 5 de junho, o defensor público Carlos Eduardo Rios do Amaral comenta a promulgação de Emenda Constitucional que torna obrigatória a presença de pelo menos um defensor público em cada comarca do país. O texto diz que muitas reivindicações populares passarão a ser mais ouvidas. “De Roraima ao Rio Grande do Sul, nenhum filho da República ficará desamparado juridicamente.” *Clique [aqui](#) para ler o artigo.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a ConJur recebeu 552,7 mil visitas e teve 950,9 mil visualizações de página de 31 de maio a 5 de junho. A quinta-feira (05/06) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 95,2 mil visitas.

Com 57,2 mil visitas, a notícia mais lida foi sobre a aposentadoria de Joaquim Barbosa e o fato de nem advogados, nem juízes lamentarem sua saída. O comunicado de Barbosa foi bem recebido inclusive no Plenário do Supremo, sem homenagens de despedida ou lamento pro parte dos ministros presentes.

Clique [aqui](#) para ler a notícia.

O segundo texto mais lido, com 7,8 mil acessos, foi a notícia sobre o aumento do prazo máximo de contratos temporários de seis para nove meses. Segundo advogados da área trabalhista, essa ampliação do limite dos contratos traz mais flexibilidade e segurança para as relações de trabalho. *Clique [aqui](#) para ler o texto.*

As 10 mais lidas

[Nem advogados nem juízes lamentam a aposentadoria de Joaquim Barbosa](#)

[Prazo máximo de contrato temporário passa de seis para nove meses](#)

[Juiz com fome ou que almoçou mal deve julgar nossas causas?](#)

[Câmara aprova Supersimples com redução de tributos para advocacia](#)

[Juiz brasileiro é do tipo “prefiro não fazer”? Eu não acredito!](#)

[Luiz Alberto Gurgel de Faria é escolhido para vaga de ministro do STJ](#)

[Paraná, Rio e Minas oferecem, juntos, 255 vagas para defensor público](#)

[Afinal, quanto custou a Copa do Mundo para a sociedade brasileira?](#)

[STF julga alcance de declaração de inconstitucionalidade a sentenças](#)

[Paradoxos atuais e individualismo sem limites pervertem a democracia](#)

Manchetes da Semana

[Ministros esperam que presidentes deem efetividade ao julgamento de teses](#)

[TRF-3 desobriga uso de formulário para petição em Juizados e Turmas Recursais](#)

[Carregar droga em ônibus não aumenta pena de condenado por tráfico](#)

[Luiz Alberto Gurgel de Faria é escolhido para vaga de ministro do STJ](#)

[Câmara aprova Supersimples com redução de tributos para advocacia](#)

[Prazo máximo de contrato temporário passa de seis para nove meses](#)

[Carf não guia contribuinte sobre ágio, criticam conselheiros](#)

[STF julga alcance de declaração de inconstitucionalidade a sentenças](#)



[Súmula do TST que impede terceirização não tem fundamento, diz Cebrasse](#)
[Site deve excluir notícia sobre homem absolvido da acusação de sequestro](#)
[Para Rodrigo Janot, Supremo não deve mexer no uso da TR para correção do FGTS](#)
["Para tudo que é indigesto, nosso sistema político fica sem resposta"](#)
[Supremo pode modular súmula sobre guerra fiscal, mas prefere lei](#)
[Súmulas do TST causam prejuízos a trabalhador e empresas, diz pesquisa](#)
[Nem advogados nem juízes lamentam a aposentadoria de Joaquim Barbosa](#)

Date Created

07/06/2014